

■ NACIONAL

Certificada Internacionalmente pela
ISO 9002 ABS QE em todo Brasil.



Índios retomam a tradição e entram no consumo

Reafirmando direitos sobre sua terra, 277 famílias indígenas recebem indenização

Sérgio Gomes, de Caieira Velha

O comércio da cidade de Aracruz, no Espírito Santo, comemorou boas vendas no mês passado, quando índios tupiniquins e guaranis gastaram nas lojas da cidade quase 600 mil reais, parte em dinheiro que receberam do acordo feito com a Aracruz Celulose para colocar fim a disputas de terras. Cada uma das 277 famílias indígenas recebeu R\$ 2 mil. Elas tiveram, no comércio, o mesmo comportamento dos consumidores comuns quando embolsam um dinheiro extra: compraram televisores, fogões, geladeiras e bicicletas.

A primeira vista pode parecer que os índios tenham realizado um ritual de consumo irresponsável. Mas é que não se pode analisar a questão dos índios de Aracruz apenas pelas aparências. O visual do cacique José Sizenando, por exemplo, não difere do modo de vestir de qualquer jovem senhor brasileiro na faixa dos 40 anos, de cabelos bem aparados, óculos de aro fino bem adaptado ao contorno do rosto, camiseta de boa qualidade e sapatos do tipo mocassim moderno. De índio, nessa aparência, só a cor morena avermelhada da pele e os cabelos pretos. Sizenando tem um jeito fino e educado, o ar urbano de quem teve de abandonar a aldeia de Caieira Velha para sobreviver como ajudante de pedreiro nas construções civis de Vitória, a 80 km de distância, mas sendo atualmente funcionário público, trabalhando como motorista de ambulância na Prefeitura de Aracruz.

Só quando precisa afirmar a sua condição de indígena é que Sizenando troca as roupas modernas pelas que eram utilizadas por seus ancestrais tupiniquins. E essa foi a principal luta desses remanescentes da raça no norte do Espírito Santo, ou seja, a de se fazerem reconhecer como índios, o que só conseguiram com muito esforço e a ajuda de antropólogos da Fundação Nacional do Índio (Funai). Os avós do cacique, por exemplo, proibiam que ele adotasse modos de índio e recusa-

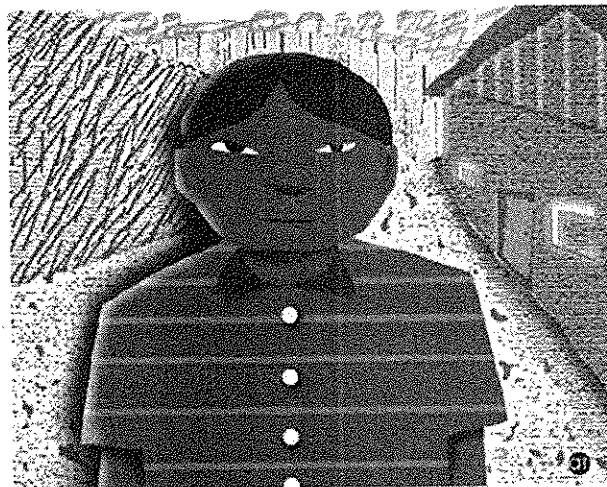
vam-se a ensinar-lhe a língua tupiniquim, alegando as represálias sofridas, no passado, no contato com os homens brancos.

José foi um dos tupiniquins que, em 1979, tiveram de aprender novamente a vestir as indumentárias indígenas, a pintar as cores de guerra no rosto e — utilizando-se de cocar, tanga e borduna — saírem para reivindicar parte das terras que julgavam lhes pertencer, agora cheias dos eucaliptos do projeto de reflorestamento da Aracruz Celulose. A maior dificuldade era o preconceito, já que os índios eram acusados de serem apenas caboclos oportunistas.

Nessa época o cacique Sizenando, como outros amigos, faziam incursões de puro marketing em cidades vizinhas a Aracruz, apresentando-se vestidos a caráter, com chocalhos na mão e ritual de danças guerreiras.

Foram necessários quase 20 anos, a partir dos primeiros confrontos, para que os índios e a Aracruz chegassem a um acordo final sobre as reservas. E o interessante é que não restaram maiores ressentimentos entre as partes. A Aracruz, nas palavras do seu diretor de Meio-Ambiente e Relações Corporativas, Carlos Roxo, só tem elogios para o que classifica como comportamento equilibrado dos índios durante as negociações. O cacique Sizenando também acha que a culpa maior foi dos governos — municipal, estadual e federal —, que consideravam a terra onde moravam os índios como devolutas. Sizenando culpa os próprios antepassados, que perderam os documentos das terras que um dia tiveram.

O acordo de ajustamento de conduta sobre terras que os índios disputavam com a empresa reflorestadora e produtora de celulose foi assinado no dia 2 de abril. O contrato, no valor de R\$ 11,4 milhões, será pago ao longo de 20 anos, em duas parcelas anuais correspondentes a 5% do custo total. No início do mês



de julho a Aracruz depositou R\$ 1,2 milhão na conta da Associação Indígena Tupiniquim-Guarani, que destinou R\$ 600 mil para as famílias cadastradas pela Funai.

Esse dinheiro foi resultado de um contrato aditivo ao acordo original, que prevê destinar os R\$ 11,4 milhões a programas de auto-sustentação das comunidades indígenas, a serem feitos basicamente em projetos de agricultura. Ocorreu, então,

durante os acertos com a Aracruz Celulose, que as comunidades indígenas entenderam que haveria um pagamento em dinheiro e não apenas o destinado ao fomento dos programas. Combinou-se o pagamento de uma parte diretamente. Quando os recursos chegaram à Associação, houve um esforço conjunto dos representantes da Funai e dos funcionários do Banco do Brasil no sentido de que os índios colocassem o dinheiro em cadernetas de poupança, o que não foi possível, até porque muitos deles não tinham documentos que permitissem a abertura das contas, mas principalmente porque a maioria já fizera planos para usá-lo.

Das 277 famílias, a maioria é de descendentes de tupiniquins, índios que, como o cacique Sizenando, vivem normalmente na comunidade de Aracruz, exercendo funções urbanas, como padeiros, motoristas, mecânicos ou mesmo estudando nas escolas do município. Apenas cerca de 60 famílias, descendentes de guaranis, ainda vivem de acordo com as tradições, em aldeias, guardando parte da cultura ancestral. Os tupiniquins moram nos ajuntamentos de Caieira Velha, Irajá e Pau Brasil, lu-

garejos semelhantes a quaisquer outros do interior do Brasil, praticamente sem características indígenas. Já as aldeias dos guaranis, Boa Esperança e Três Palmeiras, ainda guardam relação com agrupamentos indígenas mais tradicionais.

Os guaranis de Aracruz não são oriundos da região. Teriam vindo do sul do Brasil, mais próximos ao Paraguai, na década de 60. Ao contrário de Sizenando, ou mesmo de Ervaldo, presidente da Associação Tupiniquim-Guarani, os guaranis não precisam provar, pela aparência, que são índios. Usam cabelos compridos e não ostentam o mesmo ar urbano dos tupiniquins.

O funcionário da delegacia da Funai em Governador Valadares, Wilton Madeson Andrade, em reunião com a gerência do Banco do Brasil e sociólogos envolvidos no acordo dos índios com a Aracruz, mais a direção da Associação Tupiniquim-Guarani, discutiram, no início do mês de julho, como orientar os índios no uso do dinheiro, havendo todos concluído que os anseios de consumo dos nativos eram mais do que justos. O representante da Funai em Aracruz, Nélcio de Souza, também concorda que os índios fizeram certo, equipando as suas casas com os bens eletrodomésticos de que tinham necessidade. "Ninguém jogou dinheiro fora, isso eu posso garantir. Eles compraram o que todos querem ter nas suas casas." E foram "apenas 5% dos recursos destinados a necessidades de ordem pessoal", diz Carlos Roxo, da Aracruz.

Muitos queriam substituir a televisão velha por uma nova, pois, afinal, o dinheiro extra chegava justa-

mente em época de Copa do Mundo. Outros queriam comprar a primeira bicicleta, ou mesmo substituir a antiga. Um deles, pescador, queria comprar um freezer. Muitos investiram o dinheiro na compra de material de construção para realizar reformas nas suas casas, ou, como foi o caso do cacique Sizenando, poder construir afinal a sua casa própria. São quatro cômodos simples: quarto, sala, banheiro e cozinha.

Dos R\$ 1,2 milhões, R\$ 600 milhões estão na conta da Associação Tupiniquim-Guarani na agência do Banco do Brasil de Aracruz, município onde estão as principais instalações da empresa Aracruz, maior produtora de celulose de fibras curtas do país. Uma parte dessas terras, cerca de 1,5 mil hectares do total de 6,5 mil que estão de volta à posse dos índios, foram reflorestadas com eucaliptos e, pelo acordo, a Aracruz treinará os novos proprietários no manejo das plantações, comprando a madeira dos índios.

Atualmente as comunidades das aldeias estão em plena efervescência. Os líderes, como Sizenando e Ervaldo, reúnem-se com técnicos do governo para detalhar o projeto econômico de auto-sustentação das aldeias. As terras da aldeia de Pau Brasil estão sendo gradeadas para receber os primeiros plantios de café, feijão, milho e cana-de-açúcar e pastagens para a criação de gado. Não haverá divisão das terras e o uso será coletivo, como manda a tradição indígena e o tipo de organização social que os tupiniquins e guaranis querem preservar.

Todas as decisões sobre o uso dos recursos terão que passar obrigatoriamente não só pelos conselhos tribais, como também serem fiscalizadas pelos demais representantes da comunidade genérica do município de Aracruz, dentre os quais representantes das igrejas. O termo de ajustamento firmado pelos índios com a Aracruz, com interveniência da Funai e da Procuradoria Geral da República, no Espírito Santo, impõe sanções aos nativos e à empresa de celulose, no caso de descumprimento de qualquer das suas cláusulas. Em suma, os índios não podem invadir novas áreas e a Aracruz tem que cumprir com os desembolsos financeiros. O cachimbo da paz será fumado por 20 anos.

Além da recuperação econômica, os índios querem resgatar a sua identidade cultural. Sizenando e Ervaldo sonham em recuperar a língua tupiniquim e imaginam poder fazer isso através de pesquisas com a ajuda da Igreja Católica, em busca de gramáticas da língua nativa que possam ter sido compiladas por padres, principalmente os jesuítas. A fonte pode estar também entre os pataxós, do sul da Bahia, que são um ramo dos tupiniquins.

Enquanto essas providências não vêm, o cacique Sizenando faz contatos com o governo do estado para conseguir rede de esgotos e saneamento básico para as aldeias e diz que os índios pretendem fazer uma agricultura moderna, com projetos de irrigação, "pois não podemos ficar dependendo de São Pedro, ou melhor, da vontade de Tupã".

Com R\$ 2 mil a mais no bolso, índios de Aracruz, no ES, compram televisores, fogões, geladeiras e bicicletas

VIDA BRASILEIRA